



**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE  
GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETO Nº 1.104, DE 10 DE JULHO DE 2024.**

**DISPÕE SOBRE O RECRENCIAMENTO DA EDUCAÇÃO  
INFANTIL DA ESCOLA INFANTIL CASTELO DO PRÍNCIPE  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*O Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos artigos 12, 90, inciso VI, 116, inciso I, alínea "i", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de junho de 1990, e*

**CONSIDERANDO** que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CRFB/1988);

**CONSIDERANDO** que o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas às condições de cumprimento das normas gerais da educação nacional e autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público (art. 209 da CRFB/1988; arts. 7º da Lei Federal nº 9.394/1996 – LDB e 214 da Lei Orgânica Municipal);

**CONSIDERANDO** que as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram o Sistema Municipal de Ensino (art. 18, II da Lei Federal nº 9.394/96 - LDB);

**CONSIDERANDO** que os municípios incumbir-se-ão de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados, bem como autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do sistema de ensino conforme disposto no art. 11, I e IV da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

**CONSIDERANDO** que o art. 6º, IV da Lei Municipal nº 4.413/2001 dispõe que as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada integram o Sistema Municipal de Ensino;

**CONSIDERANDO** os princípios que regem a Administração Pública e o disposto na Lei Municipal nº 5.114/2009 que instituiu o Conselho Municipal de Educação de Conselheiro Lafaiete;

**CONSIDERANDO** que o art. 6º da Lei Municipal nº 5.114/2009 aduz que a autorização para o funcionamento de escola da educação básica tornar-se-á efetiva, em qualquer caso, por ato do Poder Executivo Municipal após prévio parecer do Conselho Municipal de Educação;

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução CME/CL nº 004/2013, de 10 de dezembro de 2013 que fixa as normas para o funcionamento de instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino;

**CONSIDERANDO** que o art. 10 da Resolução CME/CL nº 004/2013, de 10 de dezembro de 2013 prevê que os atos de Credenciamento, Autorização de funcionamento e Recredenciamento são da competência do Secretaria Municipal de Educação;

**CONSIDERANDO** que o art. 11 da Resolução CME/CL nº 004/2013, de 10 de dezembro de 2013 dispõe que o Credenciamento consiste na apresentação das condições da instituição para a oferta da Educação Infantil;

**CONSIDERANDO** que o Conselho Municipal de Educação, mediante relatório de verificação *in loco* expedido pela Inspeção Educacional do Município, após a devida análise,



**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

através do Parecer nº 05-2024, aprovou o Recredenciamento da educação infantil da Escola Infantil Castelo do Príncipe;

**CONSIDERANDO** que através do Decreto nº 526, de 10 de dezembro de 2019 foi credenciado/autorizado o funcionamento da educação infantil da Escola Infantil Castelo do Príncipe;

**CONSIDERANDO** que foram cumpridas todas as exigências e formalidades legais, conforme relatórios emitidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação, opinando favoravelmente ao funcionamento do referido educandário, os quais ficam fazendo parte integrante do processo;

**CONSIDERANDO** que o procedimento foi encaminhado à Procuradoria Municipal para análise final e emissão de ato formal através do OFÍCIO Nº 35/2024/SIE/SEMED/CL, assim,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizado o Recredenciamento da educação infantil da Escola Infantil Castelo do Príncipe, instituição privada inscrita sob o CNPJ nº 04.861.441/0001-39, com sede na Rua Políbio Augusto de Rezende, nº 180, Bairro Progresso, nesta cidade, conforme Parecer nº 05-2024, expedido pelo Conselho Municipal de Educação e atos pertinentes emitidos pela Secretaria Municipal de Educação, os quais ficam fazendo parte integrante do presente decreto.

**Art. 2º** - Revogam-se as disposições em contrário, entrando este decreto em vigor nesta data, sendo dado por publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução deste Decreto pertencer, que o cumpra e o faça cumprir tão inteiramente como nele se contém.

Conselheiro Lafaiete, 10 de julho de 2024.

**Mário Marcus Leão Dutra**  
*Prefeito Municipal*

**Jorcelino de Oliveira**  
*Procurador Geral*

**Prof. Albano de Souza Tibúrcio**  
*Secretário Municipal de Educação*